RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA E ARTE DE CURA NA BAHIA OITOCENTISTA – UM ESTUDO ACERCA DOS ASPECTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS (1808-1829)

AFRO-BRAZILIAN RELIGIOSITY AND HEALING ART IN 19TH CENTURY BAHIA – A STUDY OF SOCIAL AND HISTORICAL ASPECTS (1808-1829)

OSNAR DA COSTA¹
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O Nordeste como um todo apresenta-se por suas diversidades de estado para estado, quanto de regiões a realidades locais. Pensando nisto, como em outros fatores, este trabalho constrói uma reflexão acerca das práticas de cura, em específico a cidade de Salvador e de Feira de Santana, a primeira dado ao estudo do sacerdote africano Domingos Sodré e a segunda em razão da curandeira Lina. Tal referência a estas cidades, se dá em especial às suas características fortemente ligadas a

Abstract: The Northeast as a whole is characterized by its diversity from state to state, as well as from regions to local realities. Considering this, as well as other factors, this work reflects on healing practices, specifically in the cities of Salvador and Feira de Santana. The former is the focus of the study of the African priest Domingos Sodré and the latter of the healer Lina. This reference to these cities is particularly due to their characteristics strongly linked to Afro-Brazilian religiosity and its manifestations

¹ Doutorando em História PPGH/UFSM. Bolsista Capes/DS. Mestre em Educação e Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. E-mail: osnardacosta@hotmail.com

religiosidade afro-brasileira e suas manifestações com práticas de cura no século XIX. Para tanto, e por se tratar de um trabalho cunho bibliográfico, o método parte de uma revisão sistemática da literatura, possibilitando análise contextual da bibliografia sobre o tema. Os instrumentos de pesquisa utilizados partiram da pesquisa em bancos de dados digitais, artigos, livros, dissertações e teses.

in healing practices in the 19th century. To this end, and because this is a bibliographical work, the method is based on a systematic literature review, enabling a contextual analysis of the bibliography on the topic. The research instruments used were based on research in digital databases, articles, books, dissertations, and theses.

Palavras-chaves: Religião. Práticas Curativas. Bahia.

Keywords: Religion. Healing Practices. Bahia.

Considerações Iniciais

A cidade da Bahia, negra e religiosa, é quase tão misteriosa como o verde do mar. Na Europa, chamam-me de mestre, mas é caminhando pelas ruas de Salvador que eu me sinto à vontade. Porque a revolução é uma pátria e uma família.

Jorge Amado

Banhada por um complexo cultural, sociopolítico, estético, e principalmente histórico, a província da Bahia² do século XIX, e no recorte do espaço-temporal de 1808-1829³, e

² No decorrer da exposição no texto, a terminologia “Bahia”, será utilizada dada ênfase a toda a província no século XIX, nisto em comparativo as normativas legislativas ao restante do país, e especialmente nas primeiras seções do estudo, sendo que a ilustração se dá no recorte do espaço-temporal as cidades de Salvador, à justificativa da presença do sacerdote africano Domingos Sodré nessa cidade, então capital do Brasil, e na cidade de Feira de Santana-BA, relacionada a curandeira Lina.

³ A apreensão dos dados iniciais se dá no período estabelecido em razão do funcionamento da Fisicatura-Mor, a exemplificação da pesquisa e as questões relacionais de religiosidade africana de Domingos Sodré e afro-brasileira de Lina, se dão nas últimas décadas do século XIX para o início do século XX, o

ao que diz respeito às questões de saúde, é uma mescla invariável de possibilidades, não apenas sob o ponto de vista médico, como também sociorreligioso. Nesse aspecto, primordialmente, é algo trabalhoso e que a historiografia ainda precisa observar com um olhar mais clínico, não no sentido literal da palavra, mas sim do particularismo acerca do campo histórico.

Este trabalho, de cunho restritivamente de levantamento da literatura sobre o tema, se aporta nas transcrições de narrativas sobre as práticas de curas na Bahia oitocentista, com ênfase a importância da religiosidade afro-brasileira, cujo papel fora relevante no sentido da assistência à saúde em camadas escravizadas e marginalizadas.

Objetivou-se esta pesquisa na reflexão das práticas de curas vinculadas ao pensamento religioso afro-brasileiro, estabelecendo nessa perspectiva análises dos trabalhos publicados no cenário nacional, desde livros, artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas. Partindo de uma discussão sobre o tema, sendo que o que consta neste trabalho são interrelações de variadas pesquisas, fazendo assim, uma pequena visibilidade acerca das condições de saúde na Bahia dos oitocentos, e, em específico, dado ao espaço-temporal das cidades de Salvador e Feira de Santana-BA.

Num primeiro momento é discutido o fator sociopolítico baiano em razão das condições que fizeram surgir na província meios pelos quais os baianos/as no século XIX encontraram formas de poderem se manter em termos de saúde no espaço em que ocupavam. Nisso, o enfrentamento de doenças através de metodologias não acadêmicas como a institucionalização dos sangradores/as e também do curandeirismo como um todo foram meios aceitáveis do ponto da legislação brasileira (interpelada pela Metrópole portuguesa) nas primeiras décadas dos oitocentos.

Nessa discussão, acerca das metodologias não acadêmicas, do paradoxo entre o exercício da medicina, e a relutância as práticas de cura populares, se vê a propagação da negação e combate aos sujeitos que praticavam o exercício sem formação (pais e mães de santo, curandeiros e curandeiras,

que justifica-se acerca de que a Fisicatura-Mor não administrou as práticas de cura por todo o século XIX.

benzedeiros e benzedoiras), coisa que, com a aceitação do cientificismo e sua propagação, a perseguição a esses religiosos e religiosas, se intensificaram, objetivando com isto a aceitação, apenas e restritivamente da medicina acadêmica, indo contra, neste sentido, a mentalidade popular, que por consequência transfigurava como crença, numa fé popular que se baseava em crer nos métodos não usuais da medicina acadêmica.

As reflexões realizadas neste primeiro momento dão sequência a uma discussão ao papel pertinente da personificação feminina no período, conquanto a questão da subdivisão do trabalho em saúde à época, que facultara delimitações entre homens e mulheres. O papel feminino no curandeirismo, e com mais força no acompanhamento de parturientes é citado com muita frequência pelos historiadores/as aqui citados, fazendo com que tal personificação não seja apenas algo à parte, mas sim dentro do todo contextualizado na Bahia do século XIX.

Ao findar essas reflexões iniciais, a abordagem do trabalho busca responder ao problema de pesquisa suscitado, estabelecendo as relações dos modelos estabelecidos do período com a questão religiosa afro-brasileira, nisso a base de argumentação permeia de estudos mais antigos a mais recentes. Tais estudos fomentam uma ideia relacional, cujas presunções associam o que fora suscitado na primeira sessão do trabalho, ou seja: da ordem sincrética, dando ênfase, assim, ao problema de pesquisa suscitado, acerca das religiões afro-brasileiras e suas práticas de cura.

A finalização da pesquisa se dá com a citação de dois exemplos das práticas do curandeirismo baiano: o de Domingos Sodré, e o da Lina, a curandeira. Esses exemplos finais ilustram a abordagem permeada em todo o trabalho, fazendo com que se tenha uma visualização de como ocorria o atendimento em saúde a partir da ideia religiosa do candomblé.

O de Lina, a curandeira, é levantado pelo autor Oliveira (2012), como exemplo da transitoriedade histórica do período oitocentista para início do século XX, onde as práticas do curandeirismo são discriminadas e tomadas por perigosas pelo próprio Estado.

Constatou-se ao final do estudo, que ainda há muito a ser feito sobre a historiografia das curas e doenças na Bahia do século

XIX, como também a escassez de fontes que impossibilitam aos historiadores/as o desenvolvimento dos trabalhos de maneira mais ampla sob o aspecto da delimitação do objeto de pesquisa aqui exposto.

Distinções médicas na Bahia do século XIX

Os aspectos sócio-históricos das organizações humanas, como meio de garantia de sua existência, não difere muito das estratégias criadas em muitos lugares do planeta, neste particular, assim como em questão de uma reflexão mais concisa, o fator da vulnerabilidade humana, quanto aos males que lhe afetam, fazendo com que, o exercício ou a continuidade de suas atividades, na consistência do viver, sejam delimitadas, ou seja – as doenças, enfermidades, mazelas como um todo, sempre fora e continuará sendo, isso sob a perspectiva do presente, algo que o enfrentamento, prevenção, remediação, e em alguns casos mais felizes, de sua anulação, algo ainda constante.

Registros remotos do cuidado com a saúde remontam a Pré-história, os vestígios que fazem essa afirmação concreta no sentido científico da questão, constam das trepanações cranianas feitas por homínídeos, quando das manifestações de casos de epilepsia ou outras mais que não correspondiam com o habitual das reações daquele determinado grupo humano (Perez, 2014).

As manifestações mágicas, feitiçarias, curas e desenvolvimentos religiosos ainda na Pré-história é matéria para uma compreensão da discussão acerca do surgimento da medicina, assim como de seus mediadores. Não apenas como uma questão propriamente da reflexão a partir da visão eurocêntrica iniciada na Grécia, tão quanto somente a questão “indiciária” da perspectiva de Hipócrates.

Neste sentido, sabendo que o fator preponderante de tais reflexões usais perpassam mais pela história do ponto de vista mais universal do que de um recorte temporal com influências altamente ocidentais, a ideia acerca da história das doenças e concretamente das curas, e sequencialmente a própria história médica, iniciou-se do pressuposto da prática, ao mesmo tempo que, para a sua fundamentação por milênios de estudos, pesquisas e fundamentação como campo científico (Ginzburg, 1989).

Ainda sob um contexto historiográfico e agora adentrando ao objeto de pesquisa, Chalhoub e Silva (2009) numa perspectiva de história do trabalho, e sob um estudo rigoroso das fontes com levantamento a partir da década de 1980, denominaram que os estudos dos povos escravizados, com ênfase no Brasil, partiram de uma ideia nomeada como “*Paradigma da Ausência*”, conceito pelo qual se refere a escassa produção em história do trabalho com enfoque aos homens e mulheres escravizados (as), especialmente os de origem africana, cuja exploração fora por delimitação direta em comparação ao trabalho análogo a escravidão muito praticado até os dias de hoje.

É a partir do que Chalhoub e Silva referenciaram sob o paradigma da ausência, que os questionamentos metafóricos apresentados, na sessão deste estudo, verberam de sentido, logo o questionamento está nos pressupostos de saúde, de cura, quanto também das relações sociais diversificadas do contexto dos povos africanos no Brasil, como sujeitos históricos dentro do cenário avesso das manifestações religiosas fora da padronização cristã-católica do século XIX, e em especial recorte a província da Bahia, com destaque aos cultos afro-brasileiros, mistos de cura, magia e conhecimento.

Dos estudos realizados é preciso fazer menção a chamada Fiscatura-Mor (1808-1829). Para leigos na história das doenças e curas, no contexto brasileiro, tal nome causa estranhamento, esta denominada instituição de origem portuguesa possuía poder cedido da coroa no Brasil no processo de regulação e controle das ações em saúde, este órgão foi importante no sentido da criação, ordenamento e sistematização da profissionalização em saúde no país (Santana; Santos, 2010).

O exercício da medicina estava sancionado e livre para pessoas com nenhuma formação acadêmica, mesmo com a implantação dos primeiros cursos de medicina no país. Para Santana e Santos (2010), as faculdades de medicina instaladas na Bahia eram irrisórias no contexto nacional de atendimento à saúde, ou seja, por mais médicos que a faculdade baiana produzisse no período, para o contexto nacional, não atenderia uma demanda comparada a população e sua diversidade.

Associado a estes fatores, nesse período a assistência pública em saúde para esses povos e população, de modo geral, era bastante precária. A carência de assistência médica na colônia era algo não resolvido e que também atingia a pessoas livres e pobres. Ao longo do século XIX, mesmo após a criação das faculdades de medicina, o atendimento médico, de uma maneira geral, era bastante carente. O serviço de saúde caracterizava-se pelo atendimento domiciliar, ou seja, de caráter privado (Santana; Santos, 2010, p. 48).

De acordo com a pesquisa realizada por Santana e Santos, pode-se dizer que o paradoxo das faculdades de medicina recém-implantadas no país era um projeto a longo prazo, não estava neste caso, um projeto que atendesse realmente a grande demanda nacional de assistência, o que, em questão de dúvidas, o caráter governamental português ao Brasil era estritamente exploratório, como também elitista ao fato que os médicos formados tinham por objetivo atender a camada economicamente estruturada.

É a partir desse contexto exploratório português, de dominação, quanto de estabelecimentos de classes estritamente bem definidas, que há a profissionalização de classes inferiorizadas e fora das iniciativas da Metrópole, institucionalizando assim, a partir da Fisicatura-Mor, os ofícios de sangradores/as, curandeiros/as, parteiras, entre outros/as.

A Fisicatura-Mor possuía dois cargos principais, o Físico e o Cirurgião-Mor, o primeiro estava encarregado na fiscalização do exercício dos médicos e curandeiros, já o segundo “cabia fiscalizar o ensino e o exercício dos cirurgiões, sangradores, parteiras, dentistas e algebristas” (Santana; Santos, 2010, p. 45). Ao se falar da institucionalização dessas profissões, nos referimos aos pressupostos da “medicina dos pobres para os pobres”, fomentando, neste sentido, uma ideia das relações de classe no período estabelecido, assim como do trabalho desempenhado pelas classes minoritárias.

Dada tal ênfase, é preciso notar que a divisão do trabalho na Bahia⁴ do século XIX era bem restrita, cabendo aos homens

⁴ O estudo acerca da divisão do trabalho, em especial na Bahia, é extremamente amplo, cabendo, inclusive um trabalho somente com esse escopo, o que se pode destacar de obras que trabalham esse tema de forma ampla e bem

determinados ofícios, e as mulheres outros. Mas mesmo assim, pela caracterização já tão abordada pela historiografia, ocorre de que a mulher nesse cenário possui uma imagem relevante que não se resumia aos serviços domésticos.

Cabe salientar, isso a critério de informação, que não havia uma política em saúde especialmente direcionada às mulheres neste período, e que havia também um contrassenso enorme entre mulheres ricas e pobres. Barreto (2001) argumenta, isso com base nas pesquisas realizadas, que antes da virada do século XIX/XX, que trabalhos que enfoquem o feminino na assistência à saúde é diminuto, isso em razão da quantidade de pesquisadores/as sobre a temática que não chega a ser suficiente a ponto de se ter um estudo aprofundado do papel das mulheres nos espaços de promoção à saúde na Bahia do século XIX. Até hoje, isso com base em levantamentos de dados em plataformas digitais, tais como: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, SciElo, Diadorim, Google Scholar, REDIB e LatinREV, em que nas suas bases a produção historiográfica é ainda baixa sobre as relações de gênero e saúde em variados períodos da História do Brasil, o que não quer dizer acerca do todo, mas sim, como salientado, em dados períodos da História.

Consciente aos aspectos do comum convívio entre africanos e povos originários, mas que pela abordagem é sobre a diáspora africana, entende-se que no processo do estabelecimento das políticas em saúde da Bahia do século XIX a visão para profissionais autônomos/as, cujas técnicas, experiências, e formulações de tratamento e curas de doenças advinham do

específica, como Mary Del Priore e sua obra *Mulheres no Brasil Colonial* (2010); a obra organizada por Carla Bessanezi Pinsky e Joana Maria Pedro Nova *História das Mulheres no Brasil* (2013); o livro *A mulher na sociedade de classes* de Heleith Saffioti (1976); os artigos de Marina Leão de Aquino Barreto, em especial *Gênero e raça no trabalho doméstico livre em Salvador em fins do século XIX: o surgimento de uma classe fatalmente segmentada* (2019). Como dito, a questão da divisão do trabalho por gênero, tanto no Brasil, quanto em específico, é extremamente ampla, muito além das obras citadas, e em especial, são variados os focos das pesquisas, logo a discussão de classes se amplia não apenas as mulheres pobres, como também as pertencentes às classes dominantes, estas por vezes sendo protagonistas na administração dos bens familiares em decorrência da ausência do “homem” mantenedor do sistema a que ela estava inclusa, neste caso, o patriarcado.

contexto sociorreligioso, as crenças sincréticas baianas oitocentistas de caráter não contemplativo estabeleceram a assistência médica onde não existiam tais profissionais.

Muito das vezes, num processo mítico africano/indígena, afro-brasileiro e ameríndio, como as benzeduras, emplastos, garrafadas, poções etc., foram, em geral, a única alternativa daqueles/as que não possuíam acesso a medicina de origem acadêmica, por se tratar de custos elevados, de não possuírem acesso pela quantidade de médicos no período, e especialmente, da mentalidade da época bem característica da sociedade no século XIX.

Dos estudos sobre a temática, e da sistematização dos dados, verifica-se que não há um consenso entre historiadores/as sobre o período ao enfatizarem que o exercício das “funções de cura”, já mencionadas até aqui, partiam de uma formação inicial dada pelos mestres de sangradores, e que escravizados eram mandados por seus senhores a este fim (Pimenta, 2003).

Com relação a questão conceitual dada contemporaneamente pelos historiadores e historiadoras ao século XIX sobre a função dos praticantes na arte de cura, em denominar os profissionais de “terapeutas populares”, não possui consistência, chega a ser uma delimitação de classe, sem o fator da valoração desses profissionais no constructo da sociedade, e, nas relações das classes inferiores como meios de garantir espaço e permanência já negligenciado pela própria imposição econômica-política.

Fora estas discussões à parte, os africanos/as no Brasil constituíram um grupo social, ou por uma visão historiográfica thompsoniana de História Social, uma classe, organizada num sentido que as relações de poder acima desse grupo eram superiores aos demais, logo a restrição de liberdade ocasionada pelo próprio sistema escravagista, impunha novas formas de ação mantenedora da própria existência neste cenário, e as práticas de cura nesse ponto surge não apenas como remediação de males, mas também como resistência nos aspectos sociais, culturais e consequentemente religiosos oriundos das tradições familiares.

Nessa discussão, acerca do princípio da ação mantenedora de causa existencial no espaço em que se encontravam, deve-se levar em consideração que o exercício profissional de

africanos/as como sangradores, perpetuadores das práticas do curandeirismo, partos, entre outros, foram meios criados como forma de obter assistência em saúde na Bahia do século XIX.

Santana e Santos (2010), tendo por base o estudo de Costa (1989), argumenta que os serviços de saúde, tanto no período exploratório português, quanto no período imperial brasileiro, os recursos médicos de qual tinham acesso a população escravizada era mesmo o curandeirismo. Neste sentido, a afirmação pela qual a “ocasião faziam os médicos” seja a mais apropriada, logo por uma questão dialógica ou mesmo simplória do caso interpretativo só leva a crer numa configuração de classe, lembrando nesse caso, Chalhoub e Silva, classe essa que pelas condições e espaços ocupados não possuíam outras possibilidades a não ser recorrer a meios considerados hoje supersticiosos, sem base científica e com técnicas principalmente rudimentares.

Que fique claro, o rudimentar das técnicas não se refere com especial enfoque a questão dos sangradores/as, a prática do sangramento, mesmo com o apresentado inicialmente nessa discussão do exemplo na Pré-história, era bastante comum ainda no século XIX, tanto no contexto brasileiro, quanto em outras partes do globo.

O papel desempenhado pelos sangradores/as deve ser levado em consideração ao fator da institucionalidade de suas funções, logo tal formalidade da profissão, isso aos africanos/as em regime de escravidão, era, também, uma forma de desenvolvimento e meio para o exercício de função remunerada, o que possivelmente geraria determinado acúmulo de renda favorecendo consequentemente a compra da alforria.

Outra questão dos “médicos” surgidos do caos ocasionado da saúde na Bahia do século XIX, é o fator de que o ofício de sangrador/a era exercido em sua grande maioria pelo público masculino (Santana; Santos, 2010). O que não quer dizer que no exercício dessa atividade não haviam mulheres, especialmente africanas, ou descendente, que desempenhassem essa profissão.

Assim como fora comentado anteriormente, a sociedade baiana do século XIX, mesmo em certos aspectos possuindo abertura para o trabalho feminino, ocorria que o exercício de determinadas profissões, como no caso de sangrador/a, fosse especialmente masculino.

Justifica-se essa afirmação no que a institucionalidade do ofício pela Fisicatura-Mor estava no favorecimento dos senhores de escravos, logo não tendo assistência “para toda sua senzala” era preciso criar meios de atendimento a escravizados doentes, o que, mesmo com a existência da Santa Casa da Misericórdia em Salvador, esta só atendia em casos extremos (Santana; Santos, 2010), conclui-se assim, que o fato do exercício de sangrador ser uma atividade estritamente masculina dada essas interpretações.

A argumentação acerca da delimitação do ofício de sangradores na Bahia do século XIX é também por um viés econômico, uma vez que a assistência médica por profissionais com formação acadêmica era de grande custo até mesmo para grandes detentores de capital, era por demasiado um senhor de escravos possuir um sangrador na sua própria senzala, o que conseqüentemente diminuía custos a si, quanto na revenda que sairia a valores elevados dos praticados à época.

Os “médicos” e “médicas” africanos/as da Bahia do século XIX eram caracterizados por essa teia das relações de poder solidificadas, logo por estarem num sistema escravista a esse sistema deveriam de tal modo converter as iniciativas dos senhores de escravos pela qual tais iniciativas revertissem em ganhos, fossem imediatos ao presente, seja futuro.

Quanto a subdivisão dos papéis de gênero pré-definidos em razão da saúde baiana oitocentista, em especial acerca da cura na província é preciso dizer que:

Esta cultura da cura materializava-se nos lares, nas igrejas, nas tavernas, nas ruas, nos campos, através do uso de amuletos, poções mágicas, adivinhações, milagres de reis e de santos, profecias, beberagens feitas com ervas e com objetos encantados, benzeduras, dentre outras práticas (Barreto, 2001, p. 130).

Tomando de empréstimo o conceito de “cultura da cura” colocado por Barreto (2001) acima, é certo que a Bahia não apenas no século XIX com a institucionalização dos ofícios pela Fisicatura-Mor, que possui uma cultura atrelada aos processos de cura, diagnose, cuidado e práticas diversas, a fama pela qual a ideia sociorreligiosa é muito presente na Bahia não é algo somente da contemporaneidade, isso se fundamenta pela

historiografia da arte de cura quanto a seus documentos como também pela construção social da identidade nacional muito das vezes sincrética.

Barreto (2001) enfatiza, isso no caso específico baiano, que “quando acometidos por alguma enfermidade, a população baiana preferia recorrer as mezinhas (remédios populares para curar os males que atacam o organismo), deixando para última instância a procura de um médico”. O arquétipo cultural baiano enfatizava o fator de se recorrer primeiramente a curandeiros/as em vez de médicos, logo estes últimos, de difícil acesso, e caros, delimitava a maior parte da população em terem fé no curandeirismo, e só em última instância no conhecimento científico por parte da medicina.

Tanto durante a colônia, quanto no Brasil Império, os profissionais da medicina não possuíam prestígio dentro da sociedade, algo extremamente novo e de difícil acesso às camadas populares, tais profissionais eram malvistas, o que possibilitou uma visão bastante estreita por parte da grande maioria da população de que as técnicas utilizadas fossem realmente mais eficazes quanto dos curandeiros/as (Barreto, 2001).

Neste ínterim, o que a história oral baiana, até hoje difunde, sobre “o médico dos pobres era o pai de santo/a Mãe de santo”, o “rezador/a rezadeira”, o “mandinga”, “a feiticeira”, ou “a macumbeira/o” faz sentido para uma Bahia cuja pobreza da população era tamanha, e ainda mais com uma classe trabalhadora cativa sob os auspícios da escravidão brasileira. A mística baiana referendou o processo de vida e morte por séculos.

Religiosidade afro-brasileira e curas na Bahia oitocentista

Um autor que possui grande contribuição na discussão sobre os processos de curas desenvolvidos por africanos/as e afrodescendentes no Brasil é Gilberto Freyre. Mesmo tão criticado no campo acadêmico na contemporaneidade, em decorrência do seu conceito do processo escravista pacífico, o olhar que possui acerca da historiografia das curas e doenças é bastante diferente, ao mesmo tempo que sua análise se associa aos autores aqui trabalhados.

Abreu (2005), fazendo um estudo aprofundado da obra de Freyre menciona diversas análises feitas pelo autor de modo que a presença dos africanos/as no Brasil fora primordial no contexto do combate a enfermidades das classes escravizadas do país, tão quanto até mesmo dos brancos e mestiços.

O autor faz referências a práticas diversas, oriundas de universos culturais que se imbricaram no mundo colonial e imperial: “a arte de sangrar”, “barbeiros e dentistas”, a atividade de “parteira” e “bruxedos, rezas e bezenduras” são práticas oriundas de universos culturais diferentes que no Brasil foram apropriadas e utilizadas para reestabelecer a saúde do corpo. Os estudos sobre religiosidade e práticas médicas no Brasil colonial e Imperial produzidos a partir da década de 1980, apoiados em vasta pesquisa empírica, permitiram aprofundar as afirmações de Gilberto Freyre, situando o papel que as práticas de cura assumiram para escravos e ex-escravos (Abreu, 2005, p. 9).

As habilidades de curas africanas, e sequencialmente afro-brasileiras, estavam associadas a princípios religiosos, ao se retratar a Bahia oitocentista e as práticas de cura, tanto na capital, quanto no interior, tal colocação deve ser levada em consideração. A análise feita por Abreu a partir das obras de Gilberto Freyre permite uma visualização de que o tratamento dado por africanos/as no Brasil à doenças se dava de maneira conjunta.

O conjunto do tratamento realizado pelas bezenduras, bruxedos, beberagens, entre outras, era seguido também por um processo que consistia em rezas, orações que durante todo o procedimento de cura se tornava necessária. Uma pessoa que recorresse ao método do curandeirismo de matriz africana deveria estar ciente de que sua ida estava impreterivelmente associada a uma questão de cuidado espiritual. A depender do caso do paciente, números cabalísticos eram empregados, três, sete dias, vinte e um dias, ou mais, com a medicação e mais ainda interpelação de rezas com galhos de plantas específicas, pós, banhos e muitos outros procedimentos.

Antes de ser uma prova da impermeabilidade, algumas práticas de cura dos africanos demonstravam a superposição e mescla de

elementos de outras culturas. É o caso das bolsas de Mandinga, que eram utilizadas com a finalidade de proteger o corpo. [...]. Antes de serem específicas da cultura africana, tais bolsas eram a “resolução específica de hábitos culturais europeus, africanos e indígenas” (Abreu, 2005, p. 10).

A característica sincrética dos povos africanos no Brasil nas suas práticas de cura é bastante visível no sentido da construção de objetos com poderes mágicos, as bolsas de *Mandinga* como se refere Abreu (2005), baseando-se nos estudos de Laura de Mello e Souza, pode-se dizer que passara por um processo de adequação, o que conhecemos atualmente por patuá, muito difundido em território baiano e que, não perdendo sua essência inicial, também é visto como um adereço cultural, como também estético, configurando assim um processo de continuidade histórica à contemporaneidade.

Em termos, basicamente, as práticas de curas realizadas por africanos/as na Bahia oitocentista ocorriam de forma sistemática, por um lado oficializada (o caso de sangradores e parteiras), por outro em funcionamento de modo independente (a partir do contexto sociorreligioso através do curandeirismo de pais e mães de santo). Deste último, há personalidades religiosas da Bahia do século XIX que não podem passar despercebidos, tal como Domingos Sodré e Lina.

Tendo por justificativa a escolha de Domingos Sodré e Lina, dada a importância ao contexto social à época que se faz, não apenas no contexto religioso, mas também sociopolítico, pelo qual suas imagens transcendem a autoridades frente a seus contemporâneos, isso porque se tornaram destaques a ponto de apresentarem-se fora dos arquétipos sociais aceitos, num cenário marcado pelas desigualdades sociais, pobreza e miséria.

As ações de Domingos Sodré e Lina são ao mesmo tempo de resistência, tão quanto de preservação dos cultos afro-brasileiros, ao sintetizarem as práticas de cura com ervas, banhos, rezas e rituais, constituíram saberes que até hoje são praticados pelas religiões de matriz africana.

E nisto, não poderia ser mais propício, tão quanto necessária a abordagem, em primeiro ponto, acerca da obra *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade*

e candomblé na Bahia do século XIX, do historiador baiano João José Reis (2008). Nesta obra, a latência do processo das práticas de cura vinculadas as religiões de matriz africana se tornam notórias sobre a discussão de um sujeito histórico que se destacou na Bahia como um verdadeiro curandeiro, e seu marco, nesse sentido, da difusão religiosa do candomblé baiano do século XIX.

Decerto, Domingos se iniciou na escravidão brasileira como escravo do eito, onde normalmente trabalhava a grande maioria dos recém-chegados, mas deve ter sido depois promovido para postos de maior prestígio no engenho ou na própria casa-grande. Sua trajetória posterior sugere que conseguiu ganhar a confiança e talvez a estima de seu senhor. Para isso não bastava lealdade; era preciso ser esperto e demonstrar certas habilidades, como a capacidade de entender e se apropriar da cultura senhorial para manipulá-la em busca de maior espaço de respiração e ascensão aos melhores postos sob o cativo. Suas habilidades rituais podem igualmente lhe terem sido úteis – e talvez à família senhorial – para melhor se locomover por dentro da escravidão e, depois, para se livrar dela. Enfim, se fosse um escravo qualquer, ele teria permanecido e morrido escravo de engenho, como acontecia com a maioria. Não foi o que lhe aconteceu (Reis, 2008, p. 12).

As habilidades nas práticas de cura ou de sortilégios na Bahia oitocentista, segundo o historiador João José Reis (2008), fazia parte de todo um aparato pelo qual escravizados africanos/as utilizavam como forma de adentrar-se ao mundo dos seus senhores, casos como os de Domingos Sodré é apenas um em dezenas de muitos estudados por historiadores e historiadoras aqui no Brasil, estudos como os de Sidney Chaloub, Laura de Mello e Souza, Emília Viotti da Costa, e outros/as pesquisadores/as apresentam registros sobre o período escravagista brasileiro em vários momentos da história⁵.

⁵ Cabendo salientar ainda, que mesmo por suas competências nas artes de curas e sortilégios, e consequentemente adquirido através deles prosperidade e ascensão socioeconômica, assim como a grande maioria das pessoas escravizadas, ele sofreu as condições dadas de escravizado, ou seja, carregou consigo o preconceito, o racismo e a discriminação por ser um homem negro. O que complementaria Sidney Chaloub (2011), em *Visões da Liberdade: Uma*

Voltando ao caso de Domingos Sodré, seu conhecimento o fez ascender de classe no cenário em que se encontrava, de tal modo que o exercício de suas funções foram além do que era permitido à época. O candomblé, como as práticas de magia na província baiana era algo totalmente proibido, os agentes das práticas que hoje é tão comum no Brasil inteiro, no século XIX, era caso de perseguição, apreensão de objetos sagrados, prisão do sacerdote ou sacerdotisa, entre outras penalidades. O que cabe aqui considerar, que mesmo não possuindo um amparo legislativo acerca de “proibições e perseguições” à adeptos das religiões afro-brasileiras, ocorre com frequência casos de intolerância religiosa, ações discriminatórias e depredação de templos religiosos.

De acordo com Reis (2008), a questão do candomblé na Bahia era algo muito restrito, não havia terreiros tão suntuosos como se conhece atualmente, tais práticas religiosas ocorriam de modo muito discreto, em residências comuns. Geralmente sacerdotes e sacerdotisas da religião atendiam ao público, em sua grande maioria pobres, em suas próprias casas, e eles/as, assim como Domingos Sodré, eram forros ou descendentes de escravizados que outrora haviam conseguido o direito à liberdade.

Domingos Sodré era um escravo forro, para Reis (2008) o sacerdote africano tinha manipulado ações propícias de forma que sua alforria fosse efetivada. A fama de Domingos Sodré se tornou grande ao ponto de ficar conhecido por seus feitiços para “amansar senhores”. Seus consulentes eram em grande maioria escravizados, especialmente os de ganho (escravizados que possuíam a liberdade de comercializar e transitar em espaços públicos, como também da geração de renda através do comércio de rua). A procura por Domingos Sodré variava muito, mas especialmente estava concentrada no processo de amansar senhores com vistas a liberdade. Na obra de Reis (2008) são apresentadas várias façanhas de Sodré, desde a questão espiritual envolvida, quanto as práticas de cura.

história das últimas décadas da escravidão na Corte, que o sentido de liberdade não ser sinônimo de alforria, mas “manobras” sociais necessárias a sobrevivência dos sujeitos escravizados.

O candomblé, diferente da umbanda, que possui um dogmatismo muito ligado a questão cristã-católica e do espiritismo kardecista, não defende a ideia de caridade como evolução espiritual. É uma característica do candomblé a cobrança por serviços religiosos, seja de curas, seja principalmente vinculado a trabalhos de magia como o ato de “amansar senhores”. Tal característica se vê muito no estudo de Reis, Carneiro e Lima ((CARNEIRO, 2008) e nas obras literárias do escritor baiano Jorge Amado. A exemplo dessa premissa está Domingos Sodré, ele cobrava por seus serviços e o que angariava financeiramente com eles o fez com que tivesse renda não compatível com a maioria dos forros/as do período, não esquecendo de sua aquisição de escravizados/as⁶.

Partindo de uma abordagem mais centralizada a capital baiana, o caso de Lina, a curandeira, no município de Feira de Santana (antes *vila de Feira de Sant' Anna*), região interiorana do litoral baiano, é de chamar atenção, pois se vê neste caso já um processo de combate e perseguição as religiões de matriz africana, pois no final do século XIX, com o estabelecimento da república no Brasil, a forte presença do Estado na contenção da difusão da religião do candomblé se tornou ainda mais forte.

Analisando o estudo de Oliveira (2012), Lina, assim como diversas mulheres e homens de origem africana que faziam uso do seu conhecimento ancestral de curas, atendia pessoas na cidade de Feira de Santana, muito conhecida, como Sodré, ela também sofrera repressões assim como seus pares nesta cidade baiana. Para Oliveira (2012), o Código Penal de 1890 foi peça-chave na sistematização e discriminação das práticas do curandeirismo, não apenas na Bahia oitocentista, quanto no restante do território nacional.

Oliveira (2012) ainda argumenta que o fator repressivo na cidade de Feira de Santana não consistia num viés local, mas sim regional, onde a própria polícia enfatizou os artigos

⁶ Além dos trabalhos mencionados, acerca da diferença entre candomblé e umbanda, pode-se citar: *Candomblé: desvendando identidades* de Carlos Eugênio Marcondes de Moura (1987); *As religiões africanas no Brasil* de Roger Bastide (1971); *A realidade social das religiões no Brasil* de Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi (1996), entre outros.

discriminantes do novo Código Penal brasileiro, ou seja – a polícia, no complexo regional da cidade de Salvador, por um motivo ou outro, certamente associado ao preconceito, criou um sistema repressivo forte a toda manifestação religiosa de matriz africana, e no caso específico à Lina, na cidade de Feira de Santana.

Os registros pelo qual Oliveira (2012) encontrara sobre Lina são de fontes policiais do período, o que basicamente sua história fora entrelaçada principalmente pela perseguição sofrida na época. Seu nome era Maria Carolina da Cruz, nos registros constam de sua fama como curandeira, não aparece uma única vez, sempre acusada de práticas clandestinas de curandeirismo, Lina, assim como seus contemporâneos/as, praticantes do candomblé, eram acusados de feitiçaria.

O caso mais enfático no estudo de Oliveira (2012) ocorrera já no século XX, quando numa noite fatídica, o que provavelmente Lina saíra da cidade de Feira de Santana para o distrito de Almas (região interiorana) para dar assistência de curandeirismo.

No exercício de suas funções como curandeira, quatro pessoas entraram em conflito, gerando assim, conseqüentemente, a morte desses quatro indivíduos. Nos registros analisados por Oliveira (2012), os agentes policiais, quanto os representantes do judiciário da época concluíram que se tratou desses indivíduos terem bebido alguma poção feita por Lina, a acusaram de feitiçaria e a culpa em todo este caso ficara pra ela.

Para Oliveira (2012), a investigação desse ocorrido pelas autoridades foi premeditada, quanto alusiva, isso porque nos documentos por ele pesquisados não constam depoimentos, testemunhas, uma investigação mais aprofundada de que realmente Lina, a curandeira, tivesse feito uso de substâncias alucinógenas a ponto de criar uma situação que levasse a morte das quatro pessoas envolvidas. O autor ainda salienta que os presentes no momento do ocorrido foram isentos de culpa, mas não diz que foram ouvidos ou levantados como testemunhas do caso, fora outros que fugiram configurando assim, para as autoridades judiciais, a confirmação de suas suspeitas.

As práticas de curas na Bahia do século XIX é marcada pela perseguição, imposta pelo Estado e principalmente pela

sociedade como um todo, logo nos referimos a uma Bahia extremamente católica, cujos fundamentos dogmáticos condenam as práticas de adivinhação, invocação de espíritos, práticas de curas que fogem completamente da ideia cristã, quanto dos princípios da medicina acadêmica.

A medicina acadêmica, como meio de autoafirmar-se no espaço baiano, no final do século XIX, como já no século XX, produziu uma gama de ideias e materiais de modo que as práticas do curandeirismo fossem banidas, que o cientificismo proposto pela medicina era o ideal, tão quanto o mais correto de ser aplicado a toda a sociedade brasileira. Tais casos estão bem concretizados na historiografia da saúde a partir do século XX, e o que se vê, neste particular, fora a difusão da política sanitária, transfigurando assim um contexto mais amplo, do apenas sociorreligioso para o étnico-racial, mas isso seria uma reflexão para outros estudos.

Considerações Finais

A historiografia da assistência à saúde, conquanto as práticas de curas sob o viés sociorreligioso na Bahia do século XIX ainda deve ser amplamente divulgada como também mais estudada. O que deve considerar, nessa perspectiva acerca da historiografia sobre o tema é o aumento e interesse considerável por parte dos historiadores e historiadoras sobre essa questão.

No processo de pesquisa da construção deste trabalho, a ótica dos encontrados possibilitam abordagens que variam muito de um historiador/a para o outro/a, e nisto, favorece apreensões mais amplas, o que não quer dizer em essência que os trabalhos estudados não possuam contribuições significativas, mas sim são análises próprias e bem construídas acerca do objeto de pesquisa em estudo, nesse sentido, até o momento, do que se foi produzido possui uma riqueza incalculável.

Espera-se que as reflexões aqui expostas, possibilitem abordagens ainda mais amplas sobre a temática de modo que trabalhos mais específicos surjam, mas é certo, e conclusivamente uma realidade, isso pelas pesquisas aqui trabalhadas, que as fontes são escassas, muito das vezes apresentando pequenos detalhes não mostrando o todo, isso

dificultando o historiador/a poder narrar com maior propriedade de análise e síntese o contexto da época. Escrever sobre a história das doenças e consequentemente das práticas de curas, como um todo, é um desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Jean LN. Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil: historiografia, práticas e apropriações. **História e Perspectivas**, v. 1, n. 32-33, p. 179-194, 2005. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/19024/10226>>. Acesso em: 12/05/2022.

BARRETO, Renilda. Corpo de mulher: a trajetória do desconhecido na Bahia do século XIX. **História: Questões & Debates**, v. 34, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/2662/2199>>. Acesso em 23/05/2022.

BORGES, Miguel Ângelo Velanes. Saberes e práticas de rezadeiras e benzedeiras em comunidades de Camaçari: diálogos entre saberes populares e educação formal. **Disciplina História da Educação e do Ensino de História–UFRB**, 2017.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980 In. **Cadernos AEL**, v. 4, n. 26, 2009. Disponível em: <<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558>>. Acesso em 18/04/2022.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala a Colônia**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 264-266.

FREITAS, Rita de Cássia de. **Curandeiros, benzedeiras e rezadores na formação do ser mítico-fé na prática da**

benção-cura dos males do espírito e do corpo. 2019. Dissertação de Mestrado. Faculdades EST.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais.** São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-179.

LIMA, Fábio Batista. **Os Candomblés da Bahia:** tradições e novas tradições. Salvador - BA: ARCADIA, 2005.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. ESCRAVIDÃO E FUGA NA AMÉRICA PORTUGUESA: A HISTÓRIA DE MARIINHA RODRIGUES E SEUS DESCENDENTES NA BAHIA-SÉCULOS XIX E XX. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 31, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2328/1420>>. Acesso em: 12/05/2022.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Na busca da curandeira: relações de poder e repressão ao candomblé no interior baiano. **Revista Veredas da História**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48715>>. Acesso em 20/04/2022.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, p. 1039-1061, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tVY7ZqQTFNHTCbSLLT8nnJn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 04/05/2022.

PÉREZ, Carlos Blanco. **HISTORIA DE LA NEUROCIENCIA: El conocimiento del cerebro y la mente desde una perspectiva interdisciplinar.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2014. Disponível em:< <https://searchworks.stanford.edu/view/11517583>>. Acesso em 14/12/2017.

PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. **Cadernos Cedes**, v. 23, p. 91-102, 2003. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/LF79n7MyS8tYnjFxxGmLbvk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 12/05/2022.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTANA, Jacimara Souza; DOS SANTOS, Andreilza Oliveira. Sangradores Africanos na Bahia do Século XIX (1825–1828). **Sankofa (São Paulo)**, v. 3, n. 6, p. 45-62, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88780>>. Acesso em 13/05/2022.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Ritos de magia e sobrevivência. Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890/1940)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.

Recebido em: 02/05/2025

Aprovado em: 22/07/2025